

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora. (PPGCSO-UFJF)

Professor: Antonio Cerdeira Pilão

2º Semestre de 2020

Disciplina Eletiva

Ciências Sociais e Direito: temáticas em sexualidade, gênero e família

Ementa

Trabalhos sócio-antropológicos voltados à esfera jurídica não são uma novidade, envolvendo diversos autores clássicos como Émile Durkheim, Max Weber, Bronislaw Malinowski e Clifford Geertz. Variadas também têm sido as terminologias mobilizadas por cientistas sociais para nomear estudos que tomam o Direito como campo privilegiado de reflexão, entre elas a “Sociologia Jurídica” e a “Antropologia do Direito”. Esta tem ganhado destaque no Brasil, especialmente, a partir da Constituição de 1988, que ao ampliar o debate sobre direitos humanos e manifestações culturais, abriu espaço para que antropólogos/os atuassem mais constantemente na produção de laudos relacionados ao reconhecimento de patrimônios culturais e de territórios indígenas e quilombolas.

Outra arena de interlocução entre cientistas sociais e juristas que tem se consolidado nos últimos anos se refere aos direitos “familiares” e “sexuais”, em que determinadas disputas políticas e jurídicas foram formuladas em torno de formas específicas de desejos, de práticas sexuais, arranjos conjugais e de performances ou “expressões” de gênero. Em ambos os campos disciplinares reflexões têm sido desenvolvidas acerca do processo de judicialização dos afetos, das sexualidades, das conjugalidades, das famílias e das expressões de gênero não-hegemônicas. Assim, são evidenciadas disputas entre setores que apostam na chave da “diversidade” e outros mais “conservadores” que lhe fazem oposição, muitas vezes recorrendo a razões religiosas.

Este curso procura promover diálogos entre Ciências Sociais e Direito, explorando algumas possibilidades e potencialidades da condução de pesquisas sócio-antropológicas em torno da esfera jurídica. Com isso, pretende-se contribuir para a compreensão do Estado e do âmbito jurídico em particular, não como uma realidade

estaque e coerente, mas como um campo complexo, marcado por movimentos, agenciamentos e projetos diversos e, muitas vezes, contraditórios e conflitantes. Assim, espera-se estimular as/os alunas/os ao debate interdisciplinar que envolve, especialmente, a Antropologia e o Direito, reconhecendo as suas particularidades, tensões e complementaridades.

A disciplina combina leituras teóricas preocupadas com a definição e as implicações do Direito como “objeto” de análise, com trabalhos empíricos voltados, especialmente, as áreas temáticas de gênero, sexualidade e família. Assim, são abordados distintos modos de se pensar o campo dos “direitos”, bem como são analisadas disputas jurídicas em torno, por exemplo, do enfrentamento às desigualdades e violências de gênero e o reconhecimento de formas de família que se diferenciam do modelo de casamento monogâmico, heterossexual e reprodutivo.

O curso compreenderá aulas expositivas e seminários, com a possibilidade de se trazer pesquisadores para discutirem os seus trabalhos, dependendo da disponibilidade de agenda. Em decorrência da pandemia de COVID-19, os encontros serão realizados de forma síncrona por meio do Google Meets, conforme conteúdo programático detalhado abaixo. As sessões serão gravadas e disponibilizadas às/aos discentes que não possam interagir on-line no momento da aula. Os textos da disciplina, que poderão sofrer alterações para incluir questões de interesse de alunas/os, estarão disponíveis na página da internet do FEGS (Grupo de Pesquisa em Família, Emoções, Gênero e Sexualidade): <https://fegsufjf.wordpress.com/>.

Serão realizadas duas avaliações referentes aos conteúdos discutidos em sala de aula. A primeira, com peso de 40% na nota final, consistirá na apresentação de um seminário. A segunda, com peso de 60%, consistirá de um trabalho final escrito no formato de um pequeno ensaio teórico ou de uma reflexão que articule alguns textos da bibliografia com o campo de pesquisa da/o aluna/o (10 laudas, Times New Roman 12, espaçamento 1,5).

Conteúdo programático

1ª sessão Abrindo o curso

SCHUCH, Patrice. Antropologia do Direito: trajetória e desafios contemporâneos. BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. v. 67, 2009. p. 51-73.

2ª sessão: Sensibilidades jurídicas

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

3ª sessão: Antropologia do direito no Brasil

LIMA, Roberto Kant de. Por uma Antropologia do Direito, no Brasil. In :Ensaio de Antropologia e de Direito. RJ, Lumen Juris, 2008, 1-38.

LIMA, Roberto Kant de. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. Anuário Antropológico/2009, v.2, 2010. pp. 25-51.

Leitura complementar:

LIMA, Roberto Kant de. Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial. In: Ensaio de antropologia do direito. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008. pp. 39-87

4ª sessão: Crimes passionais

CORRÊA, Mariza. Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Introdução, “os construtores da fábula”, “os casos masculinos” e “infidelidade”.

Leitura complementar:

CORRÊA, Mariza & SOUZA, Érica Renata de (orgs.) (2006) Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”, vol. 1. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006.

5ª sessão: Famílias e direitos humanos

FONSECA, Claudia. & Andrea Cardarello. Direitos dos mais e menos humanos. Horiz. antropol. [online]. 1999, vol.5, n.10, pp.83-121. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0083.pdf>

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. Rev. Estud. Fem. [online]. 2004, vol.12, n.2, pp.13-34.

Leitura complementar:

FONSECA, C. (2012). O Direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal. *Revista De Antropologia*, 53(2).

6ª sessão: Margens e assinaturas do Estado

DAS, Veena e POOLE, Deborah. State and Its Margins: Comparative Ethnographies. In: Anthropology in the Margins of the State. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DAS, Veena. The Signature of the State: The Paradox of Illegibility. In: Anthropology in the Margins of the State. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

ASAD, Talal. Where Are the Margins of the State? In: Anthropology in the Margins of the State. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

7ª sessão: Etnografando documentos

VIANNA, A. R. B. Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. (capítulos a definir)

Vianna, Adriana. “Etnografando Documentos”: uma antropóloga em meio a processos judiciais”. In CASTILHO, S.R; TEIXEIRA, C.; SOUZA LIMA, A.C. Antropologia das Práticas de Poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014.

Leitura complementar:

Vianna, Adriana. O fazer e o desfazer de direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades.

8ª sessão: Menoridade, sexualidade e violência

LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2012. (Capítulos a definir)

Leitura complementar:

LOWENKRON, Laura & FERREIRA, Letícia. “Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers”. in: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, n. 2. July to December 2014. pp. 75-111.

9ª sessão: O campo e as formas jurídicas

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, Nau Ed., 1999. (Capítulos a definir).

BOURDIEU, Pierre. “A Força do Direito. Elementos para uma Sociologia do Campo Jurídico” In: _____. *O Poder Simbólico*. DIFEL/Bertrand Brasil, Lisboa/Rio de Janeiro, 1989.

Leitura complementar:

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de ALBUQUERQUE, M. T. D. C.; ALBUQUERQUE, J. A. G. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

10ª sessão: Direitos sexuais

CARRARA, S. *Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo*. *Mana* [online]. vol.21, n.2, 2015.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980*. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Org.). *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2004, pp.365-383.

Leitura complementar:

CARRARA, S.; VIANNA A. de R. B. *Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da Constituição Cidadã*. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (orgs.) *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2008

11ª sessão: Direitos dos “LGBT”

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no “Estado”*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. (Tese de Doutorado). Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. (Capítulos a definir).

12ª sessão: “Casamento igualitário”

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. Cad. Pagu [online]. 2003, n.21, pp.219-260.

EFREM FILHO, R. Os ciúmes do Direito: o desejo pelas uniões homoafetivas e a repulsa a Amor Divino e Paixão Luz. Sexualidad, Salud y Sociedad: revista latinoamericana, n. 16. Rio de Janeiro, pp. 10 – 30, 2014.

Leitura complementar:

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. Cad. Pagu, Campinas, n. 28, p. 101-128, June 2007.

13ª sessão: Poliamor e mononormatividade

AVIRAM, Hadar (2009) ‘Make Love, Not Law: Perceptions on Marriage Equality Struggle among Polyamorous Activists’, Journal of Bisexuality 7(3/4): 261-286, 2009.

KLESSE, Christian. Marriage, Law and Polyamory. Rebutting Mononormativity with Sexual Orientation Discourse? Oñati Socio-Legal Series, Vol. 6, No. 6, 2016.

Leitura complementar:

PILÃO, Antonio Cerdeira. Para uma Antropologia das Emoções do meio jurídico: poliafetividade e multiparentalidade no Brasil contemporâneo. Anais do 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2020.